

# CONCEPÇÕES DE TEXTO

## a heterogeneidade do objeto tomada a partir dos pressupostos da lingüística à análise do discurso

Ana Zandwais

**RESUMO:** *Cet article présente trois conceptions de texte en établissant des rapports entre les préssuposés et les catégories analytiques qui sont mobilisés par la linguistique pour définir son objet. Il présente aussi bien les préssuposés et les pratiques qui permettent de configurer les conditions sous lesquelles le texte dans le champs d'investigation de l'Analyse du Discours se distingue de l'objet de la linguistique.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *texto, teorias lingüísticas, Análise do Discurso, funcionamento textual-discursivo*

### INTRODUÇÃO

Pensar o modo de produção da escrita de diferentes teorias que tomam como referente o mesmo objeto – o texto – parece ser uma tarefa utópica, tanto para o lingüista como para o analista de discurso, já que, por mais que se busque delimitar os procedimentos de formalização que distinguem uma teoria de outra, não são eles que determinam os princípios através dos quais as teorias respondem a exigências de ordem externa a fim de adquirirem uma certa especificidade epistemológica. Por outro lado, se os procedimentos de formalização analítica constituem, de certa forma, a materialidade do campo prático de uma teoria, talvez possamos, em termos de contraponto, refletir, ainda que de modo provisório, sobre como determinadas materialidades teórico-práticas se entrelaçam e permitem que esboçemos algumas regularidades que definem o objeto texto, configurando, em última instância o seu funcionamento.

Cabe observar, do mesmo modo, que se existe uma relação entre sujeito, língua, sociedade, enquanto um fato partilhado entre lingüistas e analistas de discurso, há que se enfatizar também que as “modalidades de partilha” do que está implicado nessa relação são bastante distintas. Eis porque nos propomos a configurar concepções de textualidade partindo da Lingüística do Texto e da Teoria da Enunciação para, por fim, caracterizarmos uma concepção de texto em Análise do Discurso. Ao buscarmos as especificidades de

funcionamento de diferentes correntes, por outro lado, estaremos observando seus pontos de contato e de distanciamento em termos epistemológicos e analíticos.

### ***O OBJETO DA LINGÜÍSTICA DO TEXTO***

Iniciemos esta reflexão, portanto, recuando para a ótica da lingüística do texto, com autoras como Ingedore Koch e Leonor Fávero (1983), para as quais os estudos lingüísticos que abarcam o objeto texto como uma vertente de investigação, começam a desenvolver-se na década de 60, na Europa, e, tardiamente no Brasil, no início da década de 80, sendo tais estudos designados, de modos distintos, com base nos aportes teóricos a partir dos quais se desenvolvem: a) Análise distribucionalista do discurso (Harris, 1963); b) Gramática Textual (Van Dijk, 1972); c) Teoria do Texto (Halliday e Hasan, 1976)

Cabe questionar, por outro lado, independente das designações que tais teorias tomam, o que segue-se a década de 60 apresenta-se, no contexto europeu, como um marco histórico que descola a Lingüística dos estudos das estruturas oracionais, debruçados sobre suas funções sintáticas e seus conteúdos proposicionais, poder-se-ia pensar que na medida em que a Ciência da Linguagem elege um outro objeto a ser estudado os fundamentos da Lingüística do texto rompem com determinados pressupostos “clássicos” de uma lingüística cartesiana ou formalista?

Uma outra questão, de fundamental importância, segundo nosso ponto de vista, diz respeito às relações a serem estabelecidas entre o texto e os modos como a subjetividade e os sentidos podem ser nele apreendidos a partir dos princípios teóricos que determinam como se dá a articulação sujeito/objeto.

Pressupõe-se tanto na Lingüística do texto como na Teoria da Enunciação e na Análise do Discurso que o objeto texto não possui identidade própria se não remeter para fora de si mesmo. Por outro lado, é preciso analisar que pressupostos são convocados para se definir o que pode ser entendido como exterioridade e como esta intervém no processo de constituição do texto.

Assim, com base no exposto acima, cabem ainda os seguintes questionamentos: Quais as implicações objetivas do que afirmamos para tratar de diferentes definições de texto? Como determinar as formas de inscrição da subjetividade e as condições de funcionamento dos sentidos no texto?

A fim de buscar algumas possibilidades de resposta, reportamo-nos, inicialmente, a uma obra clássica da Lingüística do texto publicada em 1976: ‘Cohesion in english’, que, segundo nosso ponto de vista, reúne conceitos legitimados e tomados por inúmeros lingüistas para desenvolver estudos textuais.<sup>1</sup>

A expressão texto, segundo Halliday e Hasan (1976, p.2), é usada nos domínios da Lingüística para referir-se a “qualquer passagem oral ou escrita, tomada como uma unidade, não importando a extensão” (1976, p.1). Deste modo, os autores definem o objeto texto como uma “unidade da língua em uso”, mas não formal e sim semântica. O que caracteriza a condição de tessitura de um texto, para Halliday e Hasan (1976, p.2), são as relações coesivas ou de co-referencialidade atribuídas a diferentes itens (lexicais,

---

<sup>1</sup> Reportamo-nos, notadamente, aos estudos desenvolvidos por R. Beaugrande e W. Dressler (1981) que orientaram as reflexões de Ingedore G.V Koch (1983), bem como aos estudos desenvolvidos por Michel Charolles (1988).

gramaticais) ou ainda às relações de retomada. A coesão, como princípio de identidade de um texto, portanto, pode ser caracterizada pela necessidade permanente que um termo possui em relação ao outro para que possa ser interpretado.

Essa relação de dependência, por outro lado, se estabelece na linearidade espacial do texto, em relação aos itens que precedem ou sucedem um ou outro item lexical, de tal forma que a necessidade de conceituar o texto como um objeto, cujas relações de interdependência sintático-semânticas são produzidas numa perspectiva de linearidade interna ao próprio objeto (anáforas, catáforas, definitivas, substituições elipses, etc..) torna-se uma característica dominante do que se pode definir como o próprio objeto de investigação da Lingüística Textual.

Com relação à intervenção da exterioridade, designada “situação”, para reportar-se ao contexto situacional imediato no qual o texto se insere, Halliday e Hasan (1976, p.22) propõem a adoção de três categorias extralingüísticas a fim de descrever como este contexto situacional determina diferentes modos de significação expressos no texto. São elas: a) a noção de campo, que representa o “acontecimento” como um todo dentro do qual o texto funciona juntamente com o propósito do falante/escritor e a questão temática, que trata do universo de referência selecionado; b) a noção de modo, vista como uma função do texto no evento, incluindo o canal de linguagem (oral, escrito, espontâneo, elaborado) e o tipo de gênero discursivo (narrativo, didático, persuasivo, etc.); c) a noção de interacionismo, de caráter geral, que faz referência ao “tipo de papel de interação entre os sujeitos e ao conjunto de aspectos concernentes às relações sociais relevantes, permanentes ou temporárias, entre os participantes envolvidos.”(1976, p.22) De acordo com os autores, são tais categorias extralingüísticas que possibilitam caracterizar as “propriedades” de um texto em situação.

Cabe salientar, por outro lado, que a especificidade do texto pode ser atestada, conforme M.A.K. Halliday e R. Hasan (1976), pelo funcionamento de suas relações de interdependência semântica, nesta obra apresentadas como relações predominantemente endofóricas, mas que se tornam exofóricas em virtude de seu contexto imediato de produção envolvendo os elementos acima: o acontecimento, o gênero textual e a modalidade de interação.

Não há, deste modo, como negar que os estudos do Texto, sobretudo as reflexões de Halliday e Hasan em torno de relações entre sintaxe, semântica e textualidade, trazem importantes contribuições para a Lingüística, especialmente no que se refere ao funcionamento dos itens lexicais e gramaticais como elementos de articulação semântica interna ao texto. Poder-se-ia dizer, assim, que estes autores fornecem a “matéria prima” para deslocar, do texto, a centralidade de uma sintaxe de base formal, colocando no lugar desta uma leitura focada em aspectos sintático-semânticos.

Há que se observar, por outro lado, que a necessidade de conceituar o objeto texto, a partir da interdependência sintático- semântica pautada, sobretudo, por uma relação de linearidade interna (endofórica) e que aponta para os limites, ou seja, para a divisão com o que é externo (exofórico) – objeto de estudo da pragmática – vem separar, claramente, o que é semântico e o que é pragmático, de tal modo que tudo que remete para fora do texto extrapola sua dimensão, tornando-se, portanto, um aspecto “complementar”, uma “categoria funcional” agregada ao objeto.

Assim, a tendência de compartimentar, analiticamente, o objeto de estudo em microestruturas, relações de coerência interna, macroestruturas, relações de coerência externa, funções semânticas e funções pragmáticas aponta, em última instância, para uma necessidade de divisão entre o que é da língua e o que escapa ao alcance da estrutura, sendo que o que extrapola os domínios da estrutura precisa ser controlado para que não venha a ocupar um lugar “hegemônico” no âmbito dos estudos da linguagem; trata-se, pois, de privilegiar a matéria lingüística, isto é, as estruturas, aquilo que é empiricamente descritível, em termos de funcionamento no interior do próprio texto. Pode-se, por conseguinte, tirar desta concepção de textualidade uma outra consequência: se o componente pragmático funciona, no interior de uma teoria do texto como um componente agregado, ou seja, acrescenta ao domínio semântico aquilo de que ele necessita para significar, a modalidade de inscrição da subjetividade no texto acaba por se apresentar como algo ambíguo, já que, sendo externa à textualidade, precisa ser “atestada” por meio do funcionamento de marcas formais que caracterizam, em última instância, sua existência objetiva no processo de produção ou de escrita do texto.

Desde este enfoque só há sujeito se houver marcas formais ou modalizações que indiquem sua presença no texto, ou seja, o sujeito precisa estar atestado formalmente na estrutura. É, pois, por tais razões que determinadas noções propostas por Halliday e Hasan (1976, p.22) tais como propósito do escritor, modalidade de interação, gênero de texto e contexto situacional imediato vêm preencher lacunas que visam a concretizar determinados procedimentos analíticos “complementares”<sup>2</sup>, caracterizando as formas através das quais o sujeito é apresentado pela textualização.

### ***O OBJETO DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO***

Se nos reportarmos, por outro lado, aos pressupostos da Teoria da Enunciação, é preciso que constataremos, em primeiro lugar, que, de uma perspectiva cronológica, os estudos enunciativos são notadamente anteriores aos pressupostos da Lingüística do texto, uma vez que podemos caracterizar a emergência de concepções enunciativas já no final do sec. XIX, isto é, em 1897<sup>3</sup>, com a publicação de “Ensaio de Semântica: ciência das significações” (1992), por Michel Bréal, obra na qual o autor trata da linguagem como objeto de permanentes transformações, da intervenção do sujeito na linguagem, e cuja “essência” somente pode ser apreendida pela condição constitutiva que a subjetividade representa para o funcionamento lingüístico através das marcas que ela imprime nos enunciados.

Para Bréal, deste modo, não há como opor subjetividade/objetividade à moda saussureana, já que o elemento subjetivo vem a ser a “alma” da linguagem, já que todo processo de objetivação do sentido está permeado pela subjetividade do sujeito, predominantemente configurada como desejo, como vontade, como ação do sujeito que se reflete na linguagem. Desde esta ótica, segundo Bréal (1992, p.161), “o homem ao falar está longe de considerar o mundo como observador desinteressado”, ele é, ao mesmo

---

<sup>2</sup> Cabe dar destaque, aqui, às considerações feitas por P. Henry (1992) em “A ferramenta imperfeita” acerca da noção de complementaridade, utilizada, em particular pela lingüística, para explorar os “contornos externos” ao funcionamento das estruturas.

<sup>3</sup> Reportamo-nos ao texto original, publicado em francês, sob o título ‘Essai de sémantique: science des significations’ cuja tradução foi apresentada pela Editora Pontes em 1992.

tempo, ator e espectador de sua fala e dos efeitos produzidos por esta, sendo que a língua, enquanto meio, constitui-se em um dispositivo formal que permite que apreendamos as diferentes modalidades de inscrição do sujeito em seus próprios enunciados.

É também a partir de uma estreita identificação entre os princípios teóricos de Bréal e os fundamentos propostos por Benveniste (1989)<sup>4</sup> que podemos destacar que este último passa a definir a conversão da língua em discurso pelo viés da enunciação. Ou seja, para Benveniste (1989, p.82) o ato de colocar a língua em funcionamento, a relação que o locutor mantém com a língua é que atualiza os sentidos desta e determina os caracteres da enunciação, e, para tal, a matéria prima é a estrutura lingüística.

Assim, se à semelhança de Bréal, em Benveniste a enunciação pode ser configurada a partir dos caracteres formais da língua, mas como um quadro que “introduz aquele que fala em sua fala”, cabe salientar que o último acrescenta também um novo aspecto ao que ele designa como “modalidades de atualização individual da língua”, na medida em que, ao opor determinadas categorias que têm suas significações atadas ao aparelho formal da língua, a categorias ditas “discretas” ou tomadas como expressões desprovidas tanto de sentido como de força ilocucionária fora de uma instância de enunciação, Benveniste coloca em relevância o papel da dêixis, e, portanto, da exterioridade no funcionamento do que ele denomina de discurso.

Cabe salientar que tais modalidades dêiticas, entendidas como “discretas” e identificadas, sobretudo, através de advérbios e pronomes, apresentam uma singularidade de tratamento, já que é a própria condição de enunciação que promove a existência dos signos dêiticos, deslocando seus sentidos do “centro” da língua para fora, para determiná-los a partir da própria condição de se enunciar; ou seja, trata-se de uma inversão de papéis, onde o sentido é deslocado do âmbito da língua para adquirir valor somente através da enunciação e na instância imediata em que esta se realiza. Neste quadro teórico, o “ego” torna-se o eixo central do processo, na medida em que instaura tanto o outro, como o aqui-agora que servem de referência à semantização do que é enunciado.

### **Configurando Algumas Identidades Para o Objeto Texto no Âmbito da Lingüística**

Encontramos, a partir das reflexões acima, algumas características fundamentais que nos auxiliam a delimitar as identidades próprias do objeto texto: a) no interior da Lingüística do texto, proposta em Halliday e Hasan (1976); b) no interior da Teoria da enunciação.

Enquanto na Lingüística do texto não há espaço para se pensar a subjetividade como sendo constitutiva da linguagem, uma vez que o próprio componente pragmático se encarrega de “dividir” o que está dentro ou fora da língua, na Teoria da Enunciação não há como pensar o funcionamento da linguagem fora de uma relação constitutiva, onde a subjetividade comparece para determinar as condições em que o trabalho semântico da linguagem é produzido.

Por outro lado, ainda que a subjetividade seja constitutiva da linguagem e do sentido na Teoria da enunciação, é somente através do funcionamento dos elementos dêiticos, que

---

<sup>4</sup> Cabe colocar em destaque o fato de que Benveniste, à semelhança de Bréal (1992, p.161) opõe as primeiras e segundas pessoas às terceiras pessoas, tratando as últimas como ‘elementos objetivos’ por oposição àquelas que denotam subjetividade.

são apresentados como índices puramente exofóricos, que a subjetividade pode ser atestada no limiar das marcas formais, já que todos os modalizadores que atestam a presença do sujeito na linguagem são caracterizados através do aparelho formal da enunciação. E este aspecto, segundo nossa ótica, vem ilustrar o fato de que, mesmo conferindo ao sujeito e ao sentido um espaço destacado através do qual a subjetividade individual determina as modalidades de semantização da língua, a Teoria da enunciação não se desprende de bases formalistas para configurar a identidade dos objetos de que trata.

### ***E SE O OBJETO FOR OUTRO?***

Uma terceira via, através da qual podemos nos aproximar da relação texto-discurso pode ser identificada como tendo suas raízes nas bases da filosofia marxista, envolvendo reflexões acerca de fundamentos do materialismo histórico e do materialismo dialético e suas intervenções sobre o funcionamento da linguagem, a partir de leituras de Michel Pêcheux (1975-1988), bem como a partir de releituras foucaultiana e marxista-leninista de linguagem e discurso feitas pelo autor, que acabam por alicerçar os fundamentos sob os quais o objeto discursivo-textual pode ser concebido em Análise do Discurso.

Assim, podemos caracterizar um percurso de aprofundamento do que estamos, aqui, designando de terceira via pela consolidação de uma teoria de discurso embasada em pressupostos que não podem mais ser identificados àqueles que a lingüística toma como norteadores de seus domínios.

Em primeiro lugar, é preciso pensar no papel do materialismo histórico, que extrapola e, ao mesmo tempo, questiona a dimensão da diacronia como um eixo de sucessividades lineares. A dimensão histórica, sob a ótica da Análise do Discurso implica as relações de causalidade que afetam a linguagem porque afetam o sujeito, embora, conforme Paul Veyne (1992, p.17), “nem a essência, nem os fins da história” façam questão do sujeito, já que resultam de uma ótica “oficial” ou escolhida que serve a determinados interesses em detrimento de outros. Mas a história, desde a ótica da AD, encontra suas materialidades na leitura em torno dos acontecimentos à revelia desta ou daquela forma de “legitimidade”.

Aqui a condição do sujeito, ou seja, o processo de identificação do indivíduo como sujeito (passagem do corpo orgânico para o corpo político-jurídico), conforme Henry (1992, p.138) não consiste mais em uma evidência do tipo “Você e eu pensamos, existimos, logo somos sujeitos” mas está articulada, portanto, a uma história, a uma memória histórica que fala do sujeito mesmo antes que ele fale de si mesmo.

Esse sujeito que fala de si, por outro lado, ocupa um lugar nas relações de produção, assume uma consciência de classe e que identifica-se e ao mesmo tempo antagoniza-se a uma ou outra classe social, somente pode ser pensado a partir do materialismo dialético, já que as posições que ele assume como sujeito adquirem sentido nas relações de contradição entre as classes, nas comunidades, nos regimes políticos em que vive. Pensar, deste modo, as relações entre subjetividade e forma-sujeito no texto em AD, implica tomar como concepção constitutiva das formas de subjetivação do sujeito a categoria da contradição.

Desde esta ótica, para Pêcheux, o sujeito não é nem individual, nem universal, no sentido da lógica abstrata, mas “capturado” pelo lugar social que ocupa nas relações de produção e pelas determinações históricas que o simbolizam. Por outro lado, o

reconhecimento dos lugares enunciativos, através dos quais ele se representa, se dá tanto a partir de determinações históricas, como das contingências que o afetam, intervindo, portanto, no modo de produção/reprodução/transformação das modalidades através das quais ele significa a ordem do real.

É importante salientar, por outro lado, que se de Michel Foucault (2000), Pêcheux toma a noção de formação discursiva e o princípio da dispersão<sup>5</sup>, para reconfigurá-los à luz de seu entendimento, para torná-los operacionais em da Análise do Discurso, é ao estabelecer vínculos entre ideologia e discurso que o autor confere uma materialidade concreta ao objeto do qual quer se ocupar: o discurso-texto. Desta forma, ao conferir à concepção de ideologia a condição estruturante do modo de produção dos sentidos, definindo-a como materialidade que encontra seus alicerces nas práticas de classe através da noção de Formação ideológica, já proposta por Althusser (1999), e que vem a dar sustentação às condições de existência da Formação discursiva, Pêcheux acaba caracterizado o objeto sobre o qual se debruça como objeto teórico e metodológico. Isto é, para Pêcheux (1988), as Fds, enquanto universos que comportam domínios de saberes que lhe são próprios, encontram sua ancoragem tanto nas formas de organização institucionais superestruturais e infraestruturais, bem como nos conjuntos de saberes e nas práticas sociais que referendam os interesses e as conjunturas institucionais. Assim, o discurso-texto, se visto desde esta ótica, não pode mais ser entendido por ser mera expressão da oralidade ou da escrita, ou dividir-se em linguagem verbal e não-verbal, como ocorre com as bases do pensamento “idealista” em lingüística, mas precisa ser entendido como efeito de determinadas condições de produção que são ao mesmo tempo históricas e político-jurídicas.

Concebendo, portanto, o discurso como um dos aspectos nucleares da materialidade ideológica (1975, p.233), que, por outro lado está assentada nos rituais, nas práticas sociais que o acompanham no interior das instituições, é que Pêcheux acolhe a noção de formação discursiva como uma categoria teórica e simultaneamente analítica, interligada à noção de formação ideológica e, ao mesmo tempo, às condições históricas em que são produzidas as práticas e os saberes suscetíveis à caracterização dos lugares que os sujeitos ocupam nas relações de produção e das posições com as quais se identificam no interior desta ou daquela formação social.

Com relação ao princípio da dispersão, também tomado de Foucault (2000), é importante dar destaque ao fato de que é precisamente este conceito que está situado no centro da definição de discurso-texto em AD. É, sem dúvida, este conceito que mobiliza o funcionamento concreto de uma dialética no interior-exterior do objeto de investigação da AD.

Ao definir a noção de objeto discursivo como um “campo permeável”, cujo interior comporta a afluência de diferentes saberes, Pêcheux também opta por configurar o discurso como um espaço de dispersão do sujeito e dos sentidos, perceptíveis através do modo como se produzem as relações de dominação, desigualdade e subordinação; dos modos como as relações de aliança, contradição, antagonismo são formuladas nos processos discursivos.

---

<sup>5</sup> Cabe lembrar que o princípio de dispersão já aparece, inicialmente, formulado em ‘A Ordem do Discurso’ (1996) como um dispositivo que regula as condições de funcionamento da discursividade. Ou seja, como os discursos funcionam em virtude de suas condições de aparecimento, nas contingências em que se produzem, não possuem fronteiras pré-figuradas, mas, ao contrário, precisam ser investigados como “práticas descontínuas” sujeitos à rarefação, a cruzamentos e também a condições de possibilidade.

Desde esta ótica, podemos afirmar que o objeto discursivo ainda que apresentado sob uma aparência de unidade, singularidade, comporta em seu interior a presença de diferentes Fds e, portanto, de domínios de saberes que correspondem aos interesses ideológicos das formas-sujeito que estão em jogo na constituição desse campo de “permeabilidades”. Mas a categoria da contradição passa a ocupar um espaço ainda bem mais complexo enquanto uma categoria empírica, na medida em que pode ser apreendida também no próprio funcionamento das Fds, que comportam, ao mesmo tempo, posições de sujeito desiguais, onde o diferente convive no interior do “mesmo”. É, portanto, inscrevendo o princípio da dispersão no âmbito do funcionamento concreto da categoria da contradição que Pêcheux torna operacional o funcionamento do materialismo dialético.

É preciso dar destaque ainda às relações estreitas que Pêcheux propõe entre fenômenos lingüísticos e filosóficos, que pertencem ao que ele denomina de região de articulação da Lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos científicos (1988, p.91) que viria a integrar uma ciência das formações sociais.

Ao retomar a importância do papel da língua como sendo a base comum para todos os processos discursivos que comportam ideologias distintas, Pêcheux (id., p.91) retoma também o pressuposto de Paul Henry (1992) de que a língua, enquanto base, enquanto sistema comum regido por leis internas estaria no nível do sistema, possuindo, deste modo, autonomia relativa. E tratar do objeto discursivo, por outro lado, implicaria considerar todas as propriedades da base e para além desta, mas sem reduzir o objeto de investigação da AD à condição de ‘parole’, o pivô do corte saussureano.

Os processos discursivos, deste modo, servem-se, para Pêcheux, das leis internas da língua mas não se esgotam nelas porque o processo discursivo estando inscrito em uma formação discursiva reflete os conjuntos de interesses que estão em jogo nas relações de contradição entre as classes e, portanto, entram em jogo no discurso. São eles que colocam em cena os saberes que são próprios às Fds, que discursivizam as práticas ideológicas de uma ou outra instituição, as formas de repartição dos sujeitos entre esta ou aquela formação social, entre esta ou aquela posição desde uma Fd.

É, pois, a partir do princípio de que a língua é tomada como uma materialidade sobre a qual trabalham os processos discursivos, articulados, de um lado, às determinações históricas que os afetam, e de outro, às relações de dispersão que colocam em cena os modos através dos quais os sujeitos se dividem em posições antagônicas e contraditórias no interior das formações ideológicas compreendidas como aparelhos concretos de interpelação dos indivíduos como sujeitos, dotados deste ou daquele “estatuto civil” de sujeito de direito que Pêcheux concebe a intervenção da filosofia materialista nos domínios da Ciência da Linguagem.

#### ***PARA CONCLUIR EM TORNO DO OBJETO DA AD***

Para finalizar esta reflexão, ainda que de forma provisória, poderíamos nos perguntar como Lênin (1986): ‘O que fazer?’ Sobretudo diante do discurso crítico de lingüistas que observam que os processos discursivos são examinados por meio das mesmas materialidades lingüísticas, ou seja, tanto faz ser lingüista ou analista de discurso, precisamos lidar com relações anafóricas, catafóricas, dêiticas, com figuras de linguagem como elipses, substituições lexicais, metáforas, metonímias, etc...

Faz-se necessário, portanto, mais do que em qualquer instância, pensar que os modos através dos quais são realizados procedimentos analíticos no objeto discursivo, em AD, implicam investigar não estritamente a materialidade lingüística, pois não seria esta a preocupação de Michel Pêcheux como filósofo. É preciso, por conseguinte, colocar em pauta na investigação do objeto discursivo: a) as condições de formação dos saberes inscritos no interior das Fds, ou seja, como tais saberes são sedimentados a fim de caracterizar o processo identitário de uma determinada forma-sujeito; b) as condições em que tais saberes emergem nos processos discursivos, a partir das contingências históricas em que se produzem e são discursivizados; c) o modo como a base lingüística, situada no nível das formulações ou no intradiscorso, oferece pistas concretas para que possamos caracterizar a heterogeneidade discursiva através da dispersão de domínios de saberes e de posições de sujeito que convivem, em uma relação transversa, no objeto discursivo.

A partir das considerações acima parece-nos ser fundamental acrescer ainda algumas questões em torno dos procedimentos analíticos em AD.

É preciso lembrar que a relação base lingüística e processo discursivo foi colocada por Pêcheux (1988) não com o intuito de opor a primeira à segunda, mas de criar condições de reflexão em torno do fato de que toda e qualquer estrutura somente funciona semanticamente em um texto a partir de sua inscrição no interior de uma formação discursiva, de tal modo que não encontramos, como na Teoria da enunciação e na Lingüística do Texto estruturas cujo sentido é definido endoforicamente e aquelas cuja definição é exofórica.

Uma outra questão importante diz respeito ao fato de que não há compreensão do processo discursivo fora de uma dimensão histórica e, ao mesmo tempo, dialética, de tal modo que para que um texto signifique este precisa remeter a determinados pré-construídos a partir dos quais ele significa. Assim, ao recortarmos do interdiscorso determinados domínios de saberes que preenchem os sentidos do texto, estamos trabalhando nos domínios do materialismo histórico. Da mesma forma, como o texto não é uma “unidade”, mas funciona como se fosse regulado pelo princípio de unidade, este somente pode ser entendido, em termos dialéticos, a partir de suas formas de dispersão, isto é, o espaço do que é disperso é que acaba constituindo o próprio funcionamento do princípio da contradição.

Por fim, é importante lembrar que ao formular o princípio da heterogeneidade discursiva como uma concepção que descola o discurso, tanto como objeto teórico ou empírico, da condição de ser estável, ou ainda de estar sujeito a um método homogêneo de análise é que Pêcheux se afasta, de modo definitivo, do “idealismo” de concepções positivistas dominantes nos estudos lingüísticos. E segundo nosso ponto de vista, esta vem a ser uma das características fundamentais que delimitam as fronteiras entre uma concepção de discurso-texto embasada em pressupostos da filosofia da Práxis e concepções empiristas ou “objetivistas” de texto.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

- BEAUGRANDE, Robert A de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman Ed. 1981.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Campinas: Pontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O freudismo*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CHAROLLES, Michel. *Introdução aos problemas da coerência dos textos*. In: GALVES, Charlotte (org.), *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1988.
- FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G.V. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Univ, 2000.
- HALLIDAY M.A.K ; HASAN, R. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.
- HARRIS, Zellig. *Discourse analysis reprint. Papers on formal linguistics*. The Hague: Mouton, 1963.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- KOCH, Ingedore V. ; FAVERO, Leonor L. *Lingüística textual*. São Paulo: Cortez, 1983.
- \_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. *Hacia el análisis automatico del discurso*. Madrid: Gredos, 1975.
- \_\_\_\_\_. Remontémos de Foucault a Spinoza. In: Mario Toledo (Org.). *El discurso político*. Mexico: Nueva Imagem, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- VAN DIJK, Teun. *Some aspects of text grammar: a study in theoretical linguistics and poetics*. The Hague: Mouton, 1972.
- VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. da UNB, 1992.
- ZANDWAIS, Ana. *Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso*. Santa Maria: PPGL-UFSM Ed., 2009. (Série Cogitare).